



Pré-sal Petróleo

**RELATÓRIO DE AUDITORIA  
DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS DO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Forma Curta**



**Janeiro/2017**

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	<b>Pág.</b>
<b>I.</b> Introdução	03
<b>II.</b> Relatório dos Auditores Independentes	04 a 07
<b>III.</b> Balanço Patrimonial	08 e 09
Ativo	08
Passivo	09
<b>IV.</b> Demonstração de Resultado dos Exercícios	10
<b>V.</b> Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
<b>VI.</b> Demonstração do Fluxo de Caixa	12
<b>VII.</b> Demonstração do Valor Adicionado	13
<b>VIII.</b> Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	14 a 26

Campinas, 31 de janeiro de 2017

À

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**

Estivemos nas dependências da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Balanco Patrimonial;  
Demonstração de Resultado do Exercício;  
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;  
Demonstração dos Fluxos de Caixa;  
Demonstração do Valor Adicionado;  
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis; e

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



**STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP**

Roberto Araújo de Souza  
Sócio Responsável



## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Acionistas, Administradores e Conselheiros da

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. 13
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências



significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

## **Outros Assuntos**

### **Auditoria do período anterior**

As demonstrações contábeis da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram por nós examinadas e emitimos relatório em 01 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Campinas, 31 de janeiro de 2017



CRC2SP023856/O-1 "S" DF e RJ

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Roberto Araújo de Souza", is written over a light blue rectangular background.

**ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA**

CTCRC1SP242826/O-3 "S" DF e RJ

Sócio Responsável

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Levantado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015  
Valores expressos em milhares de Reais

<b>ATIVO</b>	<b><u>Notas</u></b>	<b><u>2016</u></b>	<b><u>2015</u></b>
<b>Ativo circulante</b>		<b><u>34.239</u></b>	<b><u>23.973</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	33.189	23.594
Contas a receber	7	-	126
Impostos a recup. ou compensáveis	8	1.010	176
Adiantamentos a empregados		22	64
Despesas antecipadas		18	13
<b>Ativo não circulante</b>		<b><u>4.954</u></b>	<b><u>5.180</u></b>
Imobilizado	9	2.206	2.249
Intangível	9	2.748	2.931
<b>Total do ativo</b>		<b><u>39.193</u></b>	<b><u>29.153</u></b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Levantado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015  
Valores expressos em milhares de Reais

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>Notas</u></b>	<b><u>2016</u></b>	<b><u>2015</u></b>
<b>Passivo circulante</b>		<b><u>4.850</u></b>	<b><u>3.611</u></b>
Fornecedores	10	434	228
Honorários e encargos a pagar	11	20	561
Remuneração compensatória <i>ex-diretores</i>	12	1.062	-
Impostos e contribuições a recolher	13	1.459	1.115
Provisões para férias	14	1.460	1.342
Obrigações por cessão de pessoal	15	229	179
Outros		186	186
<b>Patrimônio líquido</b>	<b><u>17</u></b>	<b><u>34.343</u></b>	<b><u>25.542</u></b>
Capital subscrito		50.000	50.000
(-) Capital a integralizar		(12.000)	(15.137)
Capital integralizado		38.000	34.863
Prejuízo acumulado		(3.657)	(9.321)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>39.193</u></b>	<b><u>29.153</u></b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS**

Levantado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015  
Valores expressos em milhares de Reais

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>	<b>Notas</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Receita Bruta de Serviços Prestados</b>		<b>45.062</b>	<b>50.126</b>
Tributos sobre Serviços Prestados		(6.337)	(4.336)
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>38.725</b>	<b>45.790</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>		<b>(16.448)</b>	<b>(15.004)</b>
Pessoal e Encargos Sociais	18	(13.493)	(13.085)
Materiais e Produtos		(1)	(1)
Serviços de Terceiros	19	(1.466)	(1.257)
Utilidades e Serviços		(38)	(49)
Outros Dispêndios Correntes	20	(253)	(167)
Depreciação e Amortização		(1.197)	(445)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>		<b>22.277</b>	<b>30.786</b>
<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>		<b>(16.720)</b>	<b>(15.917)</b>
Pessoal e Encargos Sociais	18	(9.786)	(8.897)
Materiais e Produtos		(18)	(19)
Serviços de Terceiros	19	(4.233)	(4.457)
Utilidades e Serviços		(228)	(162)
Tributos e Encargos Parafiscais		(105)	(100)
Outros Dispêndios Correntes	20	(2.307)	(2.282)
Depreciação e Amortização		(43)	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>5.557</b>	<b>14.869</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	21	<b>2.984</b>	<b>2.341</b>
Despesas Financeiras		(19)	(42)
Receitas Financeiras		3.003	2.383
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>8.541</b>	<b>17.210</b>
Despesa com provisões de IRPJ e CSLL	22	(2.877)	(6.240)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.664</b>	<b>10.970</b>
Lucro por lote de mil ações		0,11	0,22

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A.**  
**PPSA**  
**CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Levantado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015  
 Valores expressos em milhares de Reais

	Notas	Capital social		Prejuízo acumulado	Total
		Capital subscrito	(-) Capital a integralizar		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>		50.000	(33.000)	(20.291)	(3.291)
Integralização de capital	17	-	17.863	-	17.863
Prejuízo do período		-	-	10.970	10.970
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		50.000	(15.137)	(9.321)	25.542
Integralização de capital	17	-	3.137	-	3.137
Lucro do período		-	-	5.664	5.664
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		50.000	(12.000)	(3.657)	34.343

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Levantado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015  
Valores expressos em milhares de Reais

<b><u>ATIVIDADES OPERACIONAIS</u></b>	<b><u>2016</u></b>	<b><u>2015</u></b>
Lucro (prejuízo) do exercício	5.664	10.970
<b>Ajustes de rec. e desp. não envolvendo caixa</b>	<b>1.240</b>	445
Depreciação e amortização	1.240	445
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>	<b>(671)</b>	<b>(253)</b>
Contas a receber	126	(126)
Impostos a recuperar ou compensáveis	(834)	(63)
Adiantamentos a empregados	42	(53)
Despesas antecipadas	(5)	(11)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>	<b>1.239</b>	<b>(298)</b>
Fornecedores	206	(85)
Honorários a pagar	(541)	366
Remuneração compensatória ex diretores	1.062	-
Provisões para férias e 13º salário	118	(313)
Impostos e contribuições a recolher	344	(229)
Obrigações por cessão de pessoal	50	(43)
Outros	-	6
<b>Cx. líq. gerado (aplic.) nas ativ. operacionais</b>	<b>7.472</b>	<b>10.864</b>
<b><u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u></b>		
Aquisição de imobilizado	(537)	(2.249)
Aquisição de intangível	(477)	(3.017)
<b>Cx. Líq. gerados (aplic.) ativ. investimentos</b>	<b>(1.014)</b>	<b>(5.266)</b>
<b><u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u></b>		
Integralização de capital	3.137	17.863
<b>Caixa líq. gerados (aplic.) ativ. financiamento</b>	<b>3.137</b>	<b>17.863</b>
<b><u>Aumento (redução) de caixa e equiv.. de caixa</u></b>	<b><u>9.595</u></b>	<b><u>23.461</u></b>
<b>Demonstração da variação líquida</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	23.594	133
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	33.189	23.594
<b><u>Aumento (redução) de caixa e equiv. de caixa</u></b>	<b><u>9.595</u></b>	<b><u>23.461</u></b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Levantado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015  
Valores expressos milhares de Reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Receitas</b>	<b>45.062</b>	<b>50.126</b>
Faturamento	45.062	50.126
<b>Insumos</b>	<b>(5.361)</b>	<b>(5.218)</b>
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	(5.361)	(5.218)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>39.701</b>	<b>44.908</b>
Depreciação e amortização	(1.240)	(445)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>38.461</b>	<b>44.463</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	3.003	2.383
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b><u>41.464</u></b>	<b><u>46.846</u></b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>	<b>(19.936)</b>	<b>(18.824)</b>
Remuneração direta	(18.400)	(17.249)
Benefícios	(400)	(529)
FGTS	(1.136)	(1.046)
<b>Governos (Impostos, taxas e contribuições)</b>	<b>(12.890)</b>	<b>(14.145)</b>
Federais (inclui a contribuição previdenciária)	(10.535)	(11.549)
Estaduais (inclui IPVA)	(15)	(12)
Municipais	(2.340)	(2.584)
<b>Remuneração do capital de terceiros</b>	<b>(2.974)</b>	<b>(2.907)</b>
Juros	-	(33)
Alugueis	(2.968)	(2.863)
Outras	(6)	(11)
<b>Remuneração dos capitais próprios</b>	<b>(5.664)</b>	<b>(10.970)</b>
Lucro (prejuízo) do exercício	(5.664)	(10.970)
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b><u>(41.464)</u></b>	<b><u>(46.846)</u></b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de  
dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional**

A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A – PPSA (“PPSA” ou “Empresa”), com Escritório Central situado na Avenida Rio Branco, 1 – 4º pavimento, Centro – Rio de Janeiro é uma empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto nº. 8.063, de 1º de agosto de 2013, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), com prazo de duração indeterminado.

A PPSA tem como atividades principais a gestão dos contratos de partilha de produção, a gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União, tendo por finalidade maximizar o resultado econômico destes contratos, observando as melhores práticas da indústria do petróleo.

A PPSA ainda representa a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que jazidas da área do pré-sal e de áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha da produção.

No tocante à remuneração da Empresa pela gestão dos contratos de partilha de produção e nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, foi firmado em 30 de novembro de 2015 o Contrato de Remuneração com o MME, onde foram pactuadas as condições mediante as quais a Empresa será remunerada pela prestação dos serviços enunciados em seu objeto social.

O contrato de remuneração também inclui, por força do disposto no artigo 7º, inciso I, da Lei nº 12.304/2010 que, a cada leilão de área no polígono do pré-sal, a PPSA deverá ser contemplada com parte do bônus de assinatura estabelecido na licitação ou contratação direta, cujo pagamento cabe a quem estiver recebendo o direito de atuar na respectiva área.

No tocante à remuneração pela gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União a Empresa trabalhou com o MME e outros órgãos do governo na definição das diretrizes de comercialização que o Conselho Nacional de Política

Energética (CNPE) aprovou em reunião realizada no dia 14 de dezembro de 2016.

A Resolução que estabelece a política de comercialização do óleo e gás natural da União contempla diretrizes gerais e de caráter transitório, com vigência de até 36 meses, que permitirá à União a comercialização dos hidrocarbonetos aos quais faz jus, ao mesmo tempo em que seja adquirida a experiência fundamental para a construção de um modelo de longo prazo, que levará em conta não só as questões operacionais como também estratégicas para o interesse nacional.

A Resolução define as diretrizes gerais da comercialização como a maximização do resultado econômico, a prioridade ao abastecimento nacional no caso do Gás Natural, a minimização dos riscos da União, entre outras. O CNPE submeteu a política de comercialização à aprovação da Presidência da República.

## **2. Base de Preparação**

A PPSA declara que está adotando as Leis de nº 11.638, de 28 dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

### **a) Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo CPC.

Em 9 de março de 2016 a Diretoria Executiva da PPSA aprovou as demonstrações contábeis de 2015, reportadas pela Diretoria de Administração, Controle e Finanças, e decidiu pelo seu encaminhamento à deliberação e parecer dos Conselhos de Administração e Fiscal, cuja aprovação se deu em 18 de março de 2016 e 22 de março de 2016, respectivamente. Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 28 de abril de 2016 as demonstrações contábeis foram aprovadas pelo acionista controlador.

As demonstrações contábeis de 2016 deverão ser apreciadas pela Diretoria Executiva em 14 de fevereiro de 2017 e encaminhadas à deliberação e parecer dos Conselhos de Administração e Fiscal previstos, respectivamente, para os dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, com vistas à realização da Assembleia Geral Ordinária no dia 10 de abril de 2017.

**b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da PPSA, e também a sua moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c) Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir estão apresentados o principal julgamento e a estimativa contábil utilizados pela Administração da PPSA:

**d) Reconhecimento da Receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurada com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Empresa e **(iii)** quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa.

**e) Base de mensuração**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

**Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível 2:** são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (preço) ou indiretamente (derivado de preço), exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

**Nível 3:** são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo ao final do período das demonstrações contábeis em que ocorrem as mudanças.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

### **3. Principais políticas contábeis**

#### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **b) Contas a receber**

Contas a receber de curto prazo relativo a contrato de prestação de serviços, cujos serviços já tenham recebido aceite.

#### **c) Impostos a Recuperar**

Os Impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte oriundas de aplicações financeiras realizadas em aplicações em renda fixa no mercado nacional e de retenções na fonte sobre as receitas de prestação de serviços.

#### **d) Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos bens necessários para uso da administração.

O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

#### **e) Intangível**

Os itens do intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da amortização.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

#### **f) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

#### **g) Tributação sobre a renda**

##### **Tributos correntes**

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no regime de tributação com base no lucro real (2016) e lucro presumido (2015). O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Empresa no Brasil são calculados da seguinte forma:

- i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ):** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240 mil;
- ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

##### **Impostos diferidos**

No exercício de 2016 a Administração da Empresa fez a opção pelo regime de tributação pelo lucro real, não apresentando impostos diferidos.

A Empresa possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, relativos ao exercício de 2013, que estarão sendo compensados de suas bases tributárias em períodos subsequentes.

#### **h) Instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros mantidos pela Empresa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Em 31 de dezembro de 2016 a PPSA não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### **i) Demais ativos e passivos (circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **4. Demonstração dos fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada e apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstrações dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

#### **5. Novos pronunciamentos emitidos pelo IASB**

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes. A adoção pela Empresa ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC.

- (i) IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Emitida em maio de 2014, com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

- (ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Banco conta movimento	27	15
Aplicações financeiras	33.162	23.579
<b>Total</b>	<b>33.189</b>	<b>23.594</b>

As aplicações financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., no fundo BB Extramercado FAE Fundo de Investimento de Renda Fixa, nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

## 7. Contas a receber

O contrato de remuneração pela gestão dos contratos de partilha de produção foi firmado em 30 de novembro de 2015 com o MME. Neste instrumento foram pactuadas as condições mediante as quais a Empresa será remunerada pela prestação dos serviços enunciados em seu objeto social. O valor relativo a contas a receber em 31 de dezembro de 2015, recebido em 2016, refere-se a serviços prestados no âmbito deste contrato.

## 8. Impostos a recuperar ou compensáveis

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	-	49
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ a recuperar	1.008	127
Outros	2	-
<b>Total</b>	<b>1.010</b>	<b>176</b>

## 9. Imobilizado e Intangível

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Imobilizado</b>		
Equipamentos de informática	2.827	2.520
Benfeitorias	333	103
Máquinas e equipamentos	4	4
Depreciação / amortização acumulada	-958	-378
<b>Total</b>	<b>2.206</b>	<b>2.249</b>

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Intangível</b>		
Softwares	3.494	3.017
Amortização acumulada	-746	-86
<b>Total</b>	<b>2.748</b>	<b>2.931</b>

Os equipamentos de informática e softwares estão sendo depreciados e/ou amortizados à taxa de 20% ao ano.

## 10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor justo. Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Ltda	39	-
Light Serviços de Eletricidade S/A	20	18
Industec Com e Serv de Equipamentos Ltda	72	73
Domínio Contabilidade Ltda	-	17
Telelok Central de Locação e Com Ltda	17	11
Investiplan Comput. e Sist de Refrigeração Ltda	-	6
Imprensa Nacional	-	1
Algar Multimídia S/A	5	5
Accenture do Brasil Ltda	46	46
Algar Telecom S/A	1	1
Epodonto Comercio e Serviços Ltda	3	3
Webjuridico Serviços de Informações Ltda	9	11
Machado Meyer Sendacz Advogados	2	-
Living Recursos Humanos Ltda	31	36
Barbosa Mussnich & Aragão	74	-

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Machado Meyer Sendacz Opice	2	-
P&P Turismo Ltda	76	-
Arklok Equipamentos de Informática Eireli	16	-
WP Sistemas Reprográfico e Impressão Ltda	14	-
Editora Revista dos Tribunais	3	-
Instituto Brasileiro de Pró Educação	4	-
<b>Total</b>	<b>434</b>	<b>228</b>

### **11. Honorários a pagar**

Os valores a pagar são referentes a provisão para remuneração extra (férias) e os respectivos encargos sociais da Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal, obedecendo à verba aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2016.

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Honorários da Diretoria	20	561
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>561</b>

### **12. Remuneração compensatória – ex-diretores**

Nos termos do artigo 23 do Estatuto Social da PPSA, parte integrante do Decreto nº. 8.063, de 1º de agosto de 2013, os membros da Diretoria Executiva, quando destituídos por ato do Presidente da República, após deixarem seus cargos, ficarão impedidos por um período de 6 (seis) meses de prestar direta ou indiretamente qualquer tipo de serviço a empresa com atividades relacionadas à indústria de petróleo, gás natural, biocombustíveis ou de distribuição e comercialização, em operação no país.

Durante o período de impedimento receberão remuneração idêntica aos cargos por eles anteriormente ocupados.

Consultada a respeito do assunto a Comissão de Ética Pública do Governo Federal deliberou em sua 171ª e 176ª Reunião Ordinária, ocorridas em 26 julho e em 15 de dezembro de 2016 pela sua aprovação caracterizando o conflito de interesses.

Os procedimentos internos para pagamento da remuneração compensatória foram estabelecidos pela Instrução Normativa nº. 01/2016, aprovada na Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Para cumprimento de suas obrigações com os ex-diretores a Empresa efetivou o registro no passivo circulante da importância de R\$ 1.062 (um milhão, sessenta e um dois mil reais), equivalente aos valores das parcelas vincendas.

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Remunerações compensatórias	1.062	-
<b>Total</b>	<b>1.062</b>	<b>-</b>

### **13. Impostos e contribuições a recolher**

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	479	533
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	132	78
COFINS	344	-
PIS	74	-
INSS a recolher	310	366
FGTS a recolher	120	138
<b>Total</b>	<b>1.459</b>	<b>1.115</b>

### **14. Provisão para férias**

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Provisão para férias	1.460	1.342
<b>Total</b>	<b>1.460</b>	<b>1.342</b>

### **15. Obrigações por cessão de pessoal**

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Advocacia Geral da União - AGU	76	74
Agência Nacional de Petróleo - ANP	20	20
Caixa Econômica Federal - CEF	107	85
Controladoria Geral da União - CGU	26	-
<b>Total</b>	<b>229</b>	<b>179</b>

## 16. Remuneração dos administradores (Pessoas Chave)

Conforme registrado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2016, foi estabelecido em R\$ 7.276.610,71 o montante da remuneração global a ser paga a diretores e conselheiros, no período de abril de 2016 a março de 2017. Novo limite para os doze meses subsequentes será objeto de deliberação na próxima AGE, cuja realização é prevista para o dia 10 de abril de 2017.

A maior e a menor remuneração estabelecidas para o período vigente são, respectivamente, de R\$ 73.032,62 e de R\$ 7.050,46. O detalhamento das despesas com honorários encontra-se na Nota Explicativa nº 18.

Não existem saldos ou transações com partes relacionadas.

## 17. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito da PPSA, conforme Artigo 3º do Decreto nº 8.063/2013, é de R\$ 50 milhões, representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados em 12/11/2013, 27/08/2014, 20/10/2015, 21/12/2015 e 28/11/2016 pela União, acionista detentora de 100% do capital social, os valores de R\$ 15 milhões, R\$ 2 milhões, R\$ 14,9 milhões, R\$ 3 milhões e R\$ 3,1 milhões respectivamente.

Descrição	2016	2015
Capital	50.000	50.000
(-) Capital a integralizar	-12.000	-15.137
Lucro (prejuízos acumulados)	-3.657	-9.321
<b>Total</b>	<b>34.343</b>	<b>25.542</b>

### b) Distribuição de dividendos

O estatuto social da PPSA, capítulo IX, Artigo 47, inciso II, estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista.

A empresa apurou lucro líquido no exercício de 2015 no valor de R\$ 10.970 mil e R\$ 5.664 em 2016. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, artigo 189, o lucro apurado será integralmente utilizado na amortização parcial dos prejuízos acumulados.

## 18. Pessoal e encargos sociais

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Honorários da diretoria (inclui provisões e encargos sociais)	2.961	3.320
Honorários dos conselhos de administração e fiscal	631	634
Remuneração compensatória de <i>ex-diretores</i>	1.692	-
Remunerações de empregados	10.210	10.042
Encargos sociais – INSS, FGTS e outros	4.816	4.524
Benefícios	198	221
Férias	1.554	1.714
13º salário	1.217	1.527
<b>Total</b>	<b>23.279</b>	<b>21.982</b>

## 19. Serviços de terceiros

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Viagens e hospedagens	326	551
Despesas de funcionamento	422	1.806
Apoio técnico e administrativo	678	682
Cessão ou requisição de pessoal	1.574	1.350
Cursos, seminários e convenções	53	65
Manutenção de softwares	546	-
Contabilidade, auditoria e consultoria	381	240
Serviços gerais	457	-
Serviços advocatícios	560	673
Utilização de banco de dados – ANP	74	-
Vale refeição	202	-
Patrocínio	40	-
Outros serviços	386	347
<b>Total</b>	<b>5.699</b>	<b>5.714</b>

## 20. Outros dispêndios correntes

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Aluguel do imóvel – escritório central	2.238	2.213
Aluguel de móveis, máquinas e equipamentos	322	236
<b>Total</b>	<b>2.560</b>	<b>2.449</b>

## 21. Resultado financeiro líquido

Descrição	2016	2015
Renda de aplicações financeiras	2.981	2.383
Outras receitas financeiras	22	
Despesas financeiras	-19	-42
<b>Total</b>	<b>2.984</b>	<b>2.341</b>

## 22. Despesa com provisões de IRPJ e CSLL

A PPSA optou no ano base 2016 pela tributação pelo lucro real (em 2015 lucro presumido). O lucro real é o resultado do lucro contábil com as adições e exclusões legais. O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real. A base de cálculo do lucro presumido aplicável à Empresa para o IRPJ e CSLL é de 32% sobre a receita operacional bruta somadas às receitas financeiras, utilizando-se para ambas as formas as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

Descrição	2016	2015
Imposto de renda pessoa jurídica	2.108	4.582
Contribuição social sobre o lucro líquido	769	1.658
<b>Total</b>	<b>2.877</b>	<b>6.240</b>

Ibsen Flores Lima  
**Diretor-Presidente**

Hercules Tadeu Ferreira Silva  
**Diretor de Gestão de Contratos**

Paulo Moreia de Carvalho  
**Diretor Técnico e de Fiscalização**

Leandro Leme Júnior  
**Diretor de Administração, Controle e Finanças**

Mauro Braz Rocha  
**Gerente de Controle Contábil e Finanças**

Francisco de Assis da Silva  
 Contador - CRC RJ 062.785/O-9  
**Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Ltda.**  
 CRC SP 022.708/O-4 "S" RJ